

FORMAÇÃO PROFISSIONAL E FAMÍLIAS: A (DES)CONTRUÇÃO DE GÊNEROS NO AMBIENTE ESCOLAR

Autor: RAFAEL ALVES GONÇALVES - UFCG

RESUMO: Desde a ascensão do movimento feminista em todo o mundo, já no século XX, o debate acerca das estereotipações de gênero fortaleceu-se, fomentando também o fortalecimento de outros movimentos, como o LGBTT. Se faz necessária então a dinâmica entre luta social, contexto educativo e reinvenção no processo de constituição da subjetividade. Dentro das escolas, família e profissionais tentam, por vezes, trazer à tona o debate, mas o grande problema é que os que estão escalados para fazer com que os estudantes pensem além do que vos é imposto, profissionais e familiares, são os mesmo que foram formados por um sistema que não busca dialogar sobre a identidade e igualdade de gênero. O presente trabalho tem por objetivo problematizar o ambiente escolar e a formação dos profissionais, levando em consideração a influência familiar no ensino, e a construção de identidades de gênero dos jovens na contemporaneidade.

Palavras chave: escola; família; heteronormatividade; gênero; identidades;

INTRODUÇÃO

Em pleno Século XXI, que desde seu início é marcado pela pós modernidade e avanço tecnológico, ainda existem temas que, apesar de cada vez mais presentes em nosso cotidiano, permanecem sendo tabus. A luta pela igualdade de gênero está presente desde a década de 60, com a ascensão do movimento feminista. Trabalhar a homoafetividade em uma sociedade patriarcal e hetenormativa, dentro de uma escola, é um dos temas que se tornam tabus apenas pelo fato de, mesmo sendo um assunto em alta, adentra no contexto da tradicionalidade. Pais e professores não foram preparados para trabalhar o tema com os "novos jovens", cresceram num ambiente em que não se tratava do tema e o discurso tradicional perpassa gerações. Depreciativamente agimos em relação ao comportamento de quem foge dos padrões e então tendemos a discriminar o comportamento desviante; isso é fruto de nossa herança cultural (LARAIA, 2009).



Pensando nisso, o Ministério da Educação em 2009 criou o Curso Gênero e Diversidade na Escola, que tem por objetivo fazer com que o debate seja fomentado entre os profissionais da escola, fazendo assim com que o combate ao preconceito seja fortalecido na base da educação, consolidando uma postura crítica em relação aos processos de naturalização da diferença. Mas, nossos profissionais mesmo que 'treinados' enfrentam ainda o que é reproduzido em casa e levado para a sala de aula. Apesar do ambiente escolar ser um importante difusor de conhecimento, os pais passam os discursos que lhe são convenientes.Um bom exemplo de como as tradições ainda estão fincadas em nossas realidades é a existência de famílias que decidem com quem a filha casará, ou mesmo quando o assunto é sexo os meninos poderem falar e gabarem-se de suas experiências sexuais enquanto as meninas tem de ficar caladas, pois não é assunto para elas. Um retrocesso cultural onde a mulher representa um ser passivo, alimentando um discurso fruto dos costumes de muitos anos atrás.

Tentaremos pensar juntos aos autores pesquisados quais as formas de se trabalhar gênero dentro das escolas, partindo de acontecimentos históricos atuais ou não, levando em consideração a influência familiar no processo de formação de subjetividade dos sujeitos em crescimento e como os profissionais podem contribuir para uma melhor ação social dos que são considerados o futuro da nação.

O conceito de gênero surge para que se evidencie que a anatomia humana nada diz sobre a orientação sexual. Ter genitálias masculinas não significa exatamente que se deve penetrar mulheres e então ser pai, assim como possuir genitálias femininas não quer dizer sobre a vontade de ser mãe.

Após a ascensão do Movimento Feminista na década de 1960 no Brasil, as vozes dos sujeitos que passaram décadas caladas começam a ecoar pelas cidades, em especial, nos grandes centros, e não apenas as vozes das mulheres que insatisfeitas com uma série de absurdos que cercavam (e ainda cercam) o universo dos direitos e deveres femininos na sociedade, mas de diversos sujeitos que desvalorizados e ignorados por uma política não plural de cultura.



A partir dessas vozes foi-se criando a necessidade de se criar formas de encaixar aos poucos os que estavam fora dos padrões e levar, também aos poucos, esses até então estranhos, excêntricos, para dentro das instituições de ensino. A escola desde sempre segue padrões e existe não apenas para 'educar' nossos jovens, mas também para, como mão de obra do Estado, normatizar os sujeitos que lá estão. As ações de normatização tornaram-se ao longo dos anos naturais e, por vezes, cristalizadas, sendo muito mais difícil desconstruir tais práticas naturalizadas, pois "o processo de escolarização pode reforçar a associação frequente entre o gênero feminino e determinadas ocupações [...], levando assim a uma desvalorização das mesmas[...]." (Brasil, p.88, 2009). Exemplos disso ainda podem ser vistos mais perto do que imaginamos: na cidade de Natal/RN, de pé está ainda uma escola conhecida por práticas que visam ensinar as meninas a serem donas de casa muito bem prendadas. Detalhe importante: ainda hoje nesta escola estudam apenas meninas que tem de conviver num ambiente já estigmatizado nordeste afora pela qualidade de formação de donas de casa. Recife/PE e Campina Grande/PB são cidades que também já possuíram escolas com tais objetivos e que aos poucos foram se modificando.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão bibliográfica exploratória e descritiva de caráter qualitativo realizada a partir do incômodo surgido no contato com o material cedido pelo Ministério da Educação para se trabalhar diversidades na escola, e falta de investimento para que esse projeto saia apenas do papel e se coloque no cotidiano de estudantes e profissionais.

RESULTADOS

A sociedade na qual estamos inclusos engole os discursos de igualdade, que acabam perdidos em pequenos grupos que lutam por direitos iguais e fogem da normatização Vê-se então a necessidade de transcender a dualidade masculino x feminino acerca do conceito de gênero e suas respectivas anatomias sexuais, para que assim nossos jovens possam sentir-se mais a vontade e defender o discurso de igualdade



de gênero partindo do pressuposto de que já tiveram a oportunidade de dialogar dentro de casa e no ambiente escolar.

Claro, trabalhar diferenças com a grande quantidade de sujeitos diferentes dentro de uma ou mais escolas não é tarefa fácil para qualquer que seja o professor. "Cada um de nós traz ao mundo uma combinação única de qualidades e defeitos" (PICAZIO, p.16, 1998), e cabe aos profissionais de educação saber trabalhar essas diferenças dentro de sala de aula para que se possa pensar em trabalhar as diferenças existentes fora do ambiente escolar. Uma importante afirmação que se deve repassar é sobre o enquadramento desses sujeitos diferentes na norma social: eles querem se assumir como estranhos à norma (LOURO, 2010) e assim conseguir estabelecer laços que os tornem tão sociais quanto os que estão enquadrados.

O que se percebe é que a imposição de estereótipos faz com que os jovens tornem-se reféns das vontades da sociedade pois tudo o que for feito e seja contrário a vontade e a norma social será criticado. Permanece então o tabu, pois, qualquer diferença é mantida em segredo, causando angústia ao indivíduo (PICAZIO, 1998). A dificuldade para se trabalhar com jovens, parte da insatisfação desses jovens que tendem a permanecer calados e passivos frente a sua realidade, a realidade que a sociedade na qual está inserido encontra-se que possui papéis de gênero severamente estabelecidos para representações e práticas sociais. Os papéis influenciam diretamente no futuro dos jovens, pois a construção da subjetividade continua seu 'processo evolutivo' em maior na etapa da adolescência.

Podemos então problematizar a própria questão acerca da identidade de gênero. Os jovens mesmo estando dentro de um padrão já pré estabelecido, não se conformam e passam muitas vezes a usar vestimentas que são características do sexo oposto, contrapondo-se a ideia coerente da norma social. Os travestis são o maior exemplo disso. Para enfrentar o preconceito, criam-se então grupos, onde as diferenças são entendidas como potenciais para fortalecimento de uma realidade que passa a ser não apenas de um, mas de todo o grupo que passa a enfrentar mais abertamente todos os que estão e querem permanecer dentro da norma social.



Partindo para o contexto de sala de aula, percebemos uma já determinada relação de gêneros onde os profissionais já esperam que as meninas sejam mais quietas e os meninos mais bagunceiros (BRASIL, 2009), o que influencia diretamente a forma como os professores determinam a intervenção dentro de sala, ou mesmo a disposição das poltronas e grupos. Tudo isso parte de uma construção social onde desde sempre os meninos devem ser os que burlam as regras e as meninas os seres passivos, como já citado anteriormente neste artigo, fruto de uma desigualdade de gênero que passa despercebida pelos olhos dos pais e gestores já que se tornaram naturais. Isso influencia inclusive na forma como os meninos podem bater de frente com os profissionais da escola querendo impor as ideias e as meninas estarem sempre predispostas a aceitarem o que lhes for imposto. Não apenas isso, os resultados de rendimento entre os estudantes já são esperados pelos profissionais, já que as meninas mais organizadas e atenciosas, com certeza irão adquirir melhores resultados.

Com o passar do tempo e o rompimento de diversas normas, foi-se percebendo que o rendimento tornou-se, assim como as relações entre os estudantes nas escolas, algo muito mais relativo do que se esperava. Meninas começaram também a adquirir notas que antes eram pertencentes aos meninos. Para muitos profissionais o despertar da sexualidade das meninas é um dos fatores que estaria fazendo com que seus estudos fossem prejudicados. As meninas de hoje em dia são mais atiradas que as de anos atrás, o que tem caracterizado uma inversão de papéis dentro e fora da escola (BRASIL, 2009).

Rompendo com a ordem moral da sociedade, cresce a preocupação com os jovens que sairão das escolas. Meninas começam então a deixar de ser recatadas e as relações de gênero nos ambientes escolares exige que os profissionais tenham uma preparação necessária para lidar com o novo modelo em ascendência de tais relações. Mas, antes mesmo de se pensar as práticas a serem realizadas o que se observa são as barreiras nos currículos escolares que os profissionais tem que seguir, e as normas às quais os mesmos estão submetidos. Tais currículos e normas nada mais são que reproduções de discursos de preconceito, discriminação e sexismo. Dificilmente um



professor sentir-se-á a vontade para debater dentro de sala de aula sobre o aborto, o feminismo, a hierarquia de gênero, a relação sexual cada vez mais precoce na realidade feminina, a homoafetividade, entre tantos outros importantes e necessários temas para se trabalhar com jovens que estão adentrando num mundo e se afirmando enquanto sujeito de direitos e deveres. Mas, como trabalhar as diferenças com os estudantes sem que ao menos os professores tenham tido um 'treinamento' adequado para que se pudesse trabalhar em sala? Principalmente quando falamos de estudantes de ensino fundamental que estão na fase de que tudo pode ser ainda uma grande brincadeira. Trabalhar a questão do sexo e de gêneros em sala pautada no discurso da importância do uso de preservativos na relação sexual não deve ser o foco do ensino em gênero, o trabalho no ambiente escolar deve ser realizado com o objetivo de desconstruir as normas que nos são impostas dia após dia. A inclusão curricular de recursos naturais relevantes para uma educação que valorize as questões de igualdade de gênero veio de encontro com a necessidade de se trabalhar isso em ambiente escolar (FURLANI, 2010).

Percebemos então que para lidar com as diferenças, são chamados às escolas psicólogos para orientar sobre as questões que mais incomodam os estudantes, e consequentemente, os gestores escolares. Um 'estranho' na escola poderá, por exemplo, demonstrar que é favor do aborto, do casamento homoafetivo fugindo às regras que lhe são impostas. O mesmo provavelmente será encaminhado para que o psicólogo o oriente a controlar suas opiniões, já que elas não vão de encontro com as pré estabelecidas. A questão fundamental a ser levada em conta é que o psicólogo acaba exercendo um papel que não lhe compete, e que esse ser 'estranho' pertence a sociedade assim como qualquer outro dentro do ambiente escolar, assim sendo, sua opinião deveria/deve ser respeitada. Outro importante ponto a se destacar é o fato de que o psicólogo acaba assumindo um papel de orientar os estudantes, sendo que na verdade os que necessitam urgentemente de uma reciclagem acerca dos temas sobre gênero e sexualidade.



Percebe-se que os profissionais, principalmente os mais antigos, possuem ideias já cristalizadas e tudo que fuja à realidade deles, geralmente, não é considerado. Mesmo estando em um Estado laico, sabemos da influência das religiões, principalmente as cristãs, no modo patriarcal de sociedade heteronormativa em que vivemos. Isso influencia diretamente na forma como os profissionais trabalham dentro de sala. Não deveria, mas influencia. Assuntos que são tabus dentro da igreja permanecem sendo tabus dentro de sala de aula, e assim gera-se uma grande bola de neve de intolerância e desrespeito para com as diferenças. Tratando-se de um ambiente escolar é importante frisar que a escola não apenas reproduz concepções de gênero e sexualidade, mas sim, é um potencial formador de produção de conceitos.

A linguagem é um utilitário fundamental na produção de conhecimento em um ambiente escolar, mas o que é repassado hoje é a forma hegemônica como se normatizou a linguagem. Dentro e fora de sala se repetem os discursos de generalização de gêneros em uma palavra: homem. (FURLANI, 2010). Referimos-nos sempre quando queremos falar de uma grande quantidade de pessoas, ou mesmo uma dupla, na forma masculina. Como argumenta Jimena Furlani:

A linguagem no masculino não é um "reflexo do real"; é uma criação linguística intencionalmente política. A escolha de "homem" – no latim *homo* – serviu para denominar a única espécie do planeta (*Homo sapiens*) [...]. (p. 71, 2010).

É interessante percebermos que a linguagem não apenas denuncia a desigualdade de gênero, mas também determina o lugar dos gêneros através de adjetivações dos sujeitos (BRASIL, 2009). Meninas são tratadas sempre no diminutivo (Lindinha, Florzinha e Docinho do desenho animado "As meninas super poderosas" estão aí pra contar história) e meninos sempre no aumentativo (os mais altos então que o digam: Ricardo vira Ricardão em minutos de um jogo de basquete, por exemplo), alimentando uma superioridade masculina quase nata da criação nas famílias. Pela forma normal como acontece, a escola poucas vezes se dá conta de que repassa um



discurso de desigualdade, até mesmo porque os livros de língua portuguesa não costumam fazer diferenciação.

Apesar do peso da linguagem no processo de aprendizagem, os jovens possuem desejos, comportamentos que perpassam as desigualdades já pré determinadas pela linguagem. Meninos não apenas gostam de meninas, e meninas não apenas tem vontade de serem donas de casa bem prendadas para seus maridos. Começamos então a problematizar sobre nós, seres que vivem presos aos corpos. Nascemos biologicamente homens ou mulheres, XX ou XY. No desenvolvimento vamos percebendo muitas vezes que o estilo de vida que a sociedade pensa para nós não é bem aquele que nos faz de fato sujeitos masculinos ou femininos. Homens podem sentir-se femininos, Mulheres podem sentir-se masculinas, e isso pode influenciar ou não nas relações que se estabelecerão. E o fato de homens sentirem-se femininos não quer dizer que necessariamente eles tem de gostar de outros homens; a mesma coisa para a situação de mulheres masculinas. A sexualidade vai muito além de algo instintual. É uma construção contínua que envolve processos históricos sociais, culturais.

Observamos sempre a forte influência das religiões cristãs na educação brasileira. O foco na reprodução humana é o principal meio pelo qual os gêneros são enquadrados na norma social, sexual, exigindo que as relações aconteçam entre pessoas de sexo oposto. Legitima-se a partir dessa ideia uma vida sexual exclusiva de pessoas que estão em período reprodutivo (adolescentes e adultos não idosos), uma prática sexual exclusiva da penetração vaginal (estigmatiza-se outras práticas e a masturbação), um estigma em torno das relações de pessoas do mesmo sexo ou mesmo relações que tenham por objetivo único o prazer, objetivando assim um modelo patriarcal de família (FURLANI, 2010).

Essa teia de estigmas raramente é trabalhada dentro das famílias mais tradicionais. Mas, unidos à contemporaneidade vieram os novos formatos de família. Os debates sobre a homoafetividade vêm ganhando com o tempo um maior espaço na sociedade. A criminalização da homofobia, a aprovação do casamento civil, a adoção por casais homoafetivos fazem parte hoje de uma conjuntura social jamais imaginada



em décadas passadas. O poderio das religiões cristãs sobre a vida das pessoas foi aos poucos (e ainda está) sendo desconstruído. O conceito de família foi aos poucos sendo modificado, apesar de hoje em dia ainda vivermos em uma sociedade predominantemente patriarcal. Homens que passam a morar juntos e constituir um novo modelo de família, mulheres também, são cada vez mais comuns. Pedidos de adoção por casais homoafetivos também tem ganhado espaço no judiciário. E os jovens, o que pensam disso? E enquanto educadores, o que podem fazer os profissionais? E as famílias tradicionais, até que ponto influenciam na formação de opinião sobre assuntos polêmicos como esses?

Com o advento sobre os novos formatos de família, os questionamentos tendem a aumentar. Afinal, se meu pai é casado com minha mãe e nós somos uma família, porque meu colega de sala tem duas mães, ou dois pais, e também diz ter uma família? Poderei eu manter contato com isso que me é diferente? O que meus pais achariam se os dissesse que estou indo fazer um trabalho na casa de um amigo que tem pais gays? Por estarmos engessados em modelos familiares, bizarras perguntas acabam vindo à nossa mente. Pela falta de debate sobre o tema no dia a dia, o estranho acaba sendo motivo de medo frente ao que nos é normal. O que é família na contemporaneidade, senão um conjunto de pessoas, e nem precisa ser mais de duas pessoas, que tem uma rotina em que o amor se estabelece numa relação mútua. As próprias relações acabam se estabelecendo pautadas em um receio de que tudo o que esteja vinculado ao universo homoafetivo que passe a fazer parte do cotidiano, nos transforme em seres homoafetivos

Atualmente a maior barreira a ser enfrentada é o preconceito, que não está apenas fora dos grupos LGBTT, mas dentro do próprio grupo. Pela diferenciação entre gays, lésbicas, afeminados, bissexuais, passivos, ativos, travestis, intersexuais, transexuais, muito difícil é achar um ponto em comum com esse leque de identificações sexuais que os façam unidos, afinal "cada mudança, por menor que seja, representa o desenlace de numerosos conflitos" (LARAIA, p. 99, 2009). Faltam em muitos o conhecimento político da causa, mas ao sistema não é interessante que haja uma união



dessas diferenças, visto que, unidos serão mais fortes, mais imponentes, e assim a desconstrução de um modelo vigente há séculos seria dada em um intervalo bem menor de tempo.

Isso nos remete a uma hierarquia de valorização de modelos de sexualidade, ou seja, de uma padronização, de uma normatização dentro dos movimentos que nasceram fruto da luta contra a heteronormatividade, ao que já nos é imposto. Gays não afeminados são mais respeitados e aceitos dentro de determinados contextos sociais, do que os gays que são afeminados e aproximam-se da figura de mulheres, seja por portarem-se ou vestirem-se como elas. As 'minorias' vão se acumulando: gays, pobres, negros, gordos, entre tantas outras 'minorias' deixam de fazer parte do que é tolerável e acabam sendo estigmatizados dentro e fora do movimento LGBTT.

CONCLUSÃO

Querendo ou não, no imaginário de muitos jovens as questões da sociedade patriarcal são tidas como normais, e eles apenas reproduzem, como já foi dito, o que lhes é passado em casa, na rua, nas igrejas, nas escolas. Cabe então aos pais e profissionais em sala de aula estarem atentos às formas pelas quais os jovens expressam suas necessidades, seus pensamentos, seus preconceitos. Os livros didáticos devem ser questionados, e assuntos adicionais devem ser trazidos para dentro de sala de aula, evitando que o livro didático seja algo que sirva apenas para que se decorem fórmulas ou momentos históricos.

A escola é um ambiente que está dentro de uma sociedade que anseia por mudanças, mudanças essas que partem dos membros da sociedade. Mas, para que isso de fato aconteça é necessário o empenho também dos pais, já que muitas vezes, principalmente na contemporaneidade, esse papel é deixado exclusivamente para os profissionais dentro da escola, para que esses profissionais deem conta das questões referentes aos jovens, principalmente quando se trata de algo tido como mais polêmico e intolerável.



A instauração dos papéis sociais apenas torna mais difícil o trabalho dentro e fora de casa. Os pais e profissionais foram criados em um sistema engessado e também não é fácil desconstruir uma série de verdades absolutas que foram passadas geração após geração, dentro de casa e nas escolas. Os pais desde antes do nascimento tecem uma história que possivelmente o filho seguirá, e se isso não for seguido começa-se então um processo desesperado no qual os jovens se veem obrigados a seguir os planos que os pais fizeram para ele, sem que ele ao menos pudesse dar um aval. O cuidado com esse filho culpado deve ser enorme. A intolerância faz com que a família torne-se uma grande ameaça, gerando possivelmente uma enorme rejeição por parte dos jovens, que estão na fase delinquente da vida. De um lado os pais com seus questionamentos, e de outro os filhos e seus questionamentos que são, na maioria das vezes, maiores ainda. Os desejos mesmo proibidos devem ser aos poucos tidos como naturais. Percebe-se a partir da intolerância a falência dos papéis dos pais, a falência da 'instituição' familiar, que não mais dão conta da grande demanda dos filhos e acabam por vezes abrindo mão para que a escola dê conta.

A escola por sua vez trabalha entre incentivar as relações, a sexualidade, e ao mesmo tempo tentar por freio às vontades que chegam a passar dos limites. O trabalho para que os jovens sintam-se mais a vontade para debater isso em sala e levar para casa, fazendo com que os jovens que adentram as escolas saiam de fato politicamente preparados para lidar com assuntos que por ventura pareçam, e sejam, estranhos.

Friso novamente a importância da mudança dos currículos escolares, para que se possa debater e poder trazer com mais liberdade uma gama muito maior de assuntos para dentro de sala. Laraia (2009) afirma que a difusão cultural se dá por meio de uma cópia de sistemas distintos do seu que lhe parecem interessantes. O início de uma atividade na escola pode, e deve, resultar em algo que contribua para o desenvolvimento social de toda a sociedade da qual faz parte. Vivemos em uma sociedade patriarcal e intolerante, porque desde sempre copiamos modelos de países que possuíam tais sistemas. Grupos são valorizados hoje aqui, porque já foram, ou são, em outro canto do mundo. A contemporaneidade nos dá uma oportunidade magnífica na história da



humanidade de facilitar a troca de informações, experiências, através de cliques em computadores, tablets, smartphones...

Modificamos a estrutura curricular, modificamos pensamentos, modificamos a sociedade. A inserção escolar no meio social deve ultrapassar o básico, deve ir além, deve estar diretamente ligado à desconstrução da hegemonia sexista que é fruto de séculos de discursos que foram pouco debatidos, de vozes que foram caladas, de momentos que foram apagados. As mensagens devem ser repassadas para que outras vozes que não as de dentro do contexto escolar passem a repassar um discurso a favor da diversidade e da política dentro dos debates sobre gênero. Que seja nosso papel, enquanto profissionais que lidam diretamente com esse público que anseia por mudanças sociais, seja o de antes de tudo politizar-nos, seja o de construir uma educação inclusiva, uma educação com o povo e para o povo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Ministério da Educação. **Gênero e diversidade na escola:** formação de professoras/es em gênero, orientação sexual e relações étnico raciais. Versão 2009. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

FURLANI, Jimena. Educação Sexual: possibilidades didáticas. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre, (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade:** um debate contemporâneo na educação. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura:** Um conceito Antropológico. 24 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. Currículo, gênero e sexualidade: o normal, o diferente e o excêntrico. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre, (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade:** um debate contemporâneo na educação. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

PICAZIO, Claudio. **Diferentes Desejos:** adolescentes homo, bi e heterossexuais. São Paulo: Summus, 1998.